

SUMÁRIO

Sumário	5
Apresentação	29
Mensagem dos autores	31
Prefácio	37
Ementa da Lei nº 14.133/2021.....	41
Comparando a ementa atual com a ementa da lei anterior.....	43
A consolidação de normas como dever legal.....	44
Título I - Disposições Preliminares.....	47
Capítulo I – Do âmbito de Aplicação desta Lei.....	47
1. Art. 1º, <i>caput</i>	47
1.1 Normas gerais – como a Constituição trata esse tema	49
1.2 O sentido de “normas gerais” do inciso XXVII do art. 22	50
1.3 Questões específicas – delegação por Lei Complementar Federal.....	53
1.4 Questões específicas – competência exclusiva de Lei Complementar Federal – desequiparação.....	53
1.5 Competência legislativa sobre Direito Administrativo e processo administrativo	53
1.6 Jurisprudência que ainda pode servir à interpretação	54
1.7 Conclusão parcial – limite à competência legislativa dos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	55
1.8 Poderes Legislativo e Judiciário	56
1.9 Atividade fim e atividade administrativa dos Poderes Legislativo e Judiciário ..	56
1.10 Conselhos dos autores	57
1.11 Tribunal de Contas – normas aplicáveis	57
1.12 Ministério Público, Advocacia-Geral da União e Defensoria Pública – normas aplicáveis.....	58
1.13 Fundos especiais.....	58
1.14 Demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.....	59
1.15 Empresas estatais e contratações regidas pela Lei nº 13.303/2016	61
1.16 Crimes em licitações e contratos - Empresas estatais.....	62
1.17 Regulamentação específica a ser editada por Ministro de Estado.....	63
1.17.1 Conselho dos autores.....	63
1.18 Validade de cláusulas de acordos internacionais e controle.....	65
1.19 Jurisprudência que ainda pode servir à interpretação	66

1.20 Doação sem encargo	66
1.21 Agência estrangeira da qual o Brasil não faz parte.....	67
1.22 Como a Constituição Federal trata o tema.....	68
1.23 Condições para admissão das cláusulas do acordo - procedimento.....	69
1.24 Inobservância do procedimento.....	70
1.25 Declaração de invalidade da cláusula	70
1.26 Conexões com a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	71
1.27 Competência e complexidade	72
1.28 A Lei de Responsabilidade Fiscal	72
2. Art. 2º, caput, inc. I	73
2.1 Alienação.....	75
2.2 Concessão de Direito Real de Uso	76
2.2.1 Evolução legislativa.....	77
2.2.2 Tratamento jurídico na nova Lei.....	78
2.3 Cessão de Uso	78
2.4 Compras sob encomenda e pagamento antecipado	80
2.5 Noções gerais.....	81
2.5.1 A Administração como locadora	81
2.5.2 A Administração como locatária - inquilina	82
2.5.3 A Administração na condição de locatária - inquilina - contratação direta.....	82
2.6 Locação – Prazo.....	83
2.7 Locação sob medida – <i>built to Suit</i>	84
2.8 Locação sob medida – Correspondência na Lei do RDC.....	85
2.9 Concessão e Permissão de uso	86
2.10 Concessão e Permissão de serviços públicos	87
2.11 Permissão e precariedade.....	89
2.12 Concessão e Permissão de uso de bem público.....	90
2.13 Concessão de uso de bem público	91
2.14 Permissão de uso de bem público	92
2.15 Autorização de uso	93
2.16 Autorização de serviços.....	94
2.17 Autorização de Uso – Gestão municipal	95
2.18 Autorização de uso como cláusula de outro contrato	95
2.19 Prestação de serviços.....	97

2.20 Serviços técnicos profissionais especializados.....	97
2.21 Inclusão de serviços de arquitetura e abrangência do dispositivo.....	98
2.22 Bens de TI e de comunicação	99
2.23 Compra de bens ou locação de equipamentos	100
3. Art. 3º, caput, inc. I	103
3.1 Caput – natureza jurídica exemplificativa ou taxativa	103
3.2 Operações de crédito, obtenção de financiamento e garantia da dívida.....	104
3.3 Gestão de dívida pública.....	105
3.4 A gestão é atividade típica da Administração	105
3.5 Normas específicas	106
3.5.1 Dispositivos correspondentes:.....	106
4. Art. 4º, caput	109
4.1 Artigos mencionados no dispositivo legal	109
4.2 Micro e Pequena Empresa e a Licitação.....	110
4.3 Conflito entre Lei Complementar e Lei Ordinária - situação dos §§ 1º e 2º e a LC nº 123.....	111
4.4 Micro e Pequena Empresa – limite de valor na participação	112
4.5 Participação de ME/EPP em item com valor superior ao limite admitido	113
4.6 Estimativa de preço não divulgada – direito de impugnar o valor	114
4.7 Do agrupamento de itens e lotes.....	115
4.8 Do Sistema de Registro de Preços e o uso de lotes	116
4.9 Valor estimado total para obras e serviços de engenharia.....	117
4.10 Item de licitação exclusivo para ME/EPP – Inaplicabilidade.....	117
4.11 Soma dos valores dos contratos firmados no ano-calendário.....	118
4.12 Declaração de observância desse limite na licitação	120
4.13 Valor estimado e alterações supervenientes.....	121
Capítulo II – Dos Princípios	123
5. Art. 5º, caput	123
5.1 Noções Gerais	123
5.2 Princípio da Legalidade.....	126
5.2.1 Somente o que a lei autoriza – expressa ou implicitamente	127
5.2.2 Legalidade e interpretação da Lei nº 13.655/2018.....	127
5.3 Princípio da Impessoalidade.....	128
5.4 Princípios da Moralidade e da Probidade Administrativa.....	130

5.5 Princípio da Publicidade e da Transparência.....	134
5.6 Princípio da Eficiência e da Eficácia	136
5.7 Princípio do Interesse Público	137
5.8 Princípio da Igualdade	140
5.9 Princípio do Planejamento	143
5.10 Princípio da Segregação de Funções	145
5.11 Princípio da Motivação	146
5.12 Princípio da Vinculação ao Edital	148
5.13 Princípio do Julgamento Objetivo	150
5.14 Princípio da Segurança Jurídica.....	152
5.15 Princípio da Razoabilidade.....	153
5.16 Princípio da Competitividade	155
5.17 Princípio da Proporcionalidade	156
5.18 Princípio da Celeridade.....	158
5.19 Princípio da Economicidade	160
5.20 Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável.....	161
5.21 Disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).....	162
Capítulo III – Das Definições.....	165
6. Art. 6º, caput	165
6.1 Conceitos na Legislação.....	165
6.2 Organização e ausência de conceitos.....	165
6.3 Órgão – pessoa jurídica	166
6.4 Sanções perante órgão	167
6.5 Entidade – pessoa jurídica	168
6.6 Administração Pública Direta e Indireta	169
6.7 Extensão e autonomia	169
6.8 Administração como equivalente a órgão ou entidade.....	171
6.9 Agente público: indivíduo.....	171
6.10 Mandato, cargo, emprego ou função	172
6.11 Formas de Investidura.....	174
6.12 Autoridade e poder de decisão.....	175
6.13 Matriz de responsabilidade e atividades acessórias.....	176
6.14 Pessoa jurídica x entidade.....	176

6.15	Signatário e ausência de contrato formal	177
6.16	Quando a Administração pública figura em ambos os lados	177
6.17	Cláusulas exorbitantes quando as partes do contrato são entes públicos.....	178
6.18	Pessoa física.....	180
6.19	Consórcio.....	181
6.20	Abrangência do conceito de licitante	182
6.21	Intenção de participar e legitimidade para impugnar.....	183
6.22	Entrega imediata: 30 dias da ordem de fornecimento	183
6.23	Conceito de serviços	185
6.24	Serviço útil e interesse da Administração.....	185
6.25	Obras – mudanças no conceito.....	186
6.26	Bens e serviços comuns – linguagem de mercado.....	187
6.27	Necessidade de justificativa prévia	189
6.28	Serviços e fornecimento contínuo.....	190
6.29	Boa prática: normativo definindo o que é contínuo	191
6.30	Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	192
6.31	Pressupostos.....	193
6.32	Requisitos.....	193
6.33	Vedações à celebração de contrato de terceirização	194
6.34	O prazo indeterminado nos contratos por escopo.....	195
6.35	Prorrogação do contrato por escopo.....	196
6.36	Extinção do contrato por escopo	197
6.37	Serviços técnicos especializados: conceito.....	198
6.38	Rol taxativo ou exemplificativo.....	199
6.39	Regras específicas	200
6.40	Inexigibilidade de licitação: necessidade de notória especialização	201
6.41	Obra de arte	207
6.42	Bens de valor histórico	208
6.43	Comentários.....	209
6.44	Como esse dispositivo pode contribuir para mudar o cenário?.....	210
6.45	Relação de serviços	211
6.46	Notória especialização	212
6.47	Estudo Técnico Preliminar.....	215
6.48	Serviços comuns e especiais de engenharia.....	216

6.49	Majoração do valor de obra de grande vulto	220
6.50	Seguro Garantia majorado.....	221
6.51	Termo de referência para bens e serviços	223
6.52	Anteprojeto obrigatório para contratação integrada	225
6.53	Projeto básico.....	227
6.54	Plano de licitação e gestão da obra.....	228
6.55	Orçamento.....	229
6.56	Decreto nº 7.983/2013	230
6.57	Vedação ao projeto executivo concomitante	232
6.58	Matriz de risco: noções	234
6.59	Empreitada por preço unitário: noções.....	237
6.60	Empreitada por preço global: noções	238
6.61	Empreitada integral ou <i>turn key</i>	239
6.62	Tarefa: noções gerais	240
6.63	Contratação integrada: projeto básico e executivo à cargo do particular	245
6.64	Ampliação do uso do regime de contratação e execução.....	246
6.65	Contratação semi-integrada e a possibilidade alteração de projeto básico	249
6.66	Ampliação do uso do regime de contratação e execução.....	250
6.67	Contratação associada: inovação	251
6.68	Licitação internacional - diferenças.....	253
6.69	Adesão a acordos internacionais	254
6.70	Serviço nacional	256
6.71	Produtos manufaturados nacionais – noções gerais	258
6.72	Análise de efetividade da margem de preferência.....	260
6.73	O acordo de compra governamentais (GPA) e as margens de preferência	261
6.74	Concorrência: abrangência	262
6.75	Alterações no procedimento da concorrência	263
6.76	Premiação.....	264
6.77	Remuneração	264
6.78	Supressão de bens penhorados.....	266
6.79	Conceito e características do pregão.....	267
6.80	Diálogo competitivo: inovação.....	269
6.81	Diálogo competitivo e PMI	270
6.82	Permissivo legal para credenciamento	270

6.83 Pré-qualificação como procedimento que zela pela eficiência.....	273
6.84 Pré-qualificação permanente	274
6.85 Conceito de Sistema de Registro de Preços.....	275
6.86 Inovações: contratação direta e obras e serviços de engenharia.....	276
6.87 Documento vinculativo	277
6.88 Obrigacional	277
6.89 Conteúdo.....	278
6.90 Abrangência do conceito de órgão gerenciador.....	279
6.91 Órgão participante: noções gerais	280
6.92 Carona: noções gerais	280
6.93 Comissão de contratação: exceção.....	281
6.94 Catálogo eletrônico de padronização de compras.....	286
6.95 Certificação de sítio eletrônico oficial	290
6.95.1 Portal Nacional de Contratações Públicas	291
6.96 Noções de contrato de eficiência.....	292
6.97 Recomendações práticas	294
6.98 Noções de seguro-garantia.....	296
6.99 Marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação	298
6.100 Sobrepreço e ilegalidade	300
6.101 Recomendação dos autores.....	300
6.102 Superfaturamento: necessidade de dano	302
6.103 Instrumentos para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato	305
6.104 A efetividade do reajustamento em sentido estrito: noções	305
6.105 Instrumentos para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato..	309
6.106 Repactuação e reajuste em sentido estrito.....	309
6.107 Repactuação: noções gerais	309
6.108 Necessidade de detalhamento de custos para repactuação	310
6.109 Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.....	310
6.110 Agente de Contratação: inovação.....	312
Capítulo IV – Dos Agentes Públicos	315
7. Art. 7º, caput	315
7.1 Constitucionalidade – análise	316
7.2 Autoridade máxima do órgão ou entidade.....	316
7.3 Gestão por competência: diferenciação.....	319

7.4 Qualificação e capacitação	322
7.5 Relação entre cônjuges ou companheiros ou vínculos de parentesco, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau	327
7.6 Relação técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.....	330
7.7 Relação com licitantes ou contratados habituais da Administração.....	331
7.8 Segregação e coordenação	335
8. Art. 8º, caput	339
8.1. Constitucionalidade – análise	340
8.2 Vigência.....	341
8.3 Agente de Contratação: cargo ou função?	341
8.4 Terminologia e autoridade nomeante.....	341
8.5 Segregação de funções	343
8.6 Remuneração	343
8.7 Custos e economia no processo de licitação	345
8.8 Recomendações – relações do Agente de Contratação e equipe de apoio	347
8.9 Responsabilização do Agente de Contratação	348
8.10. Comissão permanente ou especial	351
8.11 Pregoeiro.....	354
9. Art. 9º, caput, inc. I, a, b, c	357
9.1. Ampliação das vedações.....	357
9.2. Contratação direta.....	358
9.3. Vedações permitidas.....	358
10. Art. 10, caput, § 1º, inc. I, II, § 2º	369
10.1. A defesa de agente público pela Advocacia Pública	370
10.1.1 Esferas administrativa, controladora ou judicial.....	370
10.1.2 Constitucionalidade	370
10.1.3 Efeitos	371
10.1.4 Condenação do servidor	372
10.1.5 Exceções	373
Título II – Das Licitações	375
Capítulo I – Do Processo Licitatório	375
11. Art. 11, caput, inc. I.....	375
11.1. Processo ou procedimento – terminologia adequada	376
11.2 Assegurar a contratação mais vantajosa.....	377
11.3. Do paradigma da vantagem e do menor preço	378

11.4. Do ciclo de vida útil	378
11.4.1 Da comparação de preços com ciclo de vida útil	378
11.4.2 Do ciclo de vida e do menor dispêndio.....	379
11.4.3 Do ciclo de vida útil, da modalidade de licitação e da contratação integrada	379
11.5. Justa competição	381
11.6 Governança nas contratações.....	388
11.7 Efetividade, eficácia e eficiência.....	390
12. Art. 12, caput, inc. I.....	391
12.1. Forma escrita, documentar e provar o ato	392
12.2. Assinatura do responsável.....	393
12.3. Exceções - ressalva.....	395
12.4. Exigências meramente formais	396
12.5. Roteiro para compreensão.....	397
12.6. Impugnação de edital	398
12.7. Improriedades formais	398
12.8. A Lei nº 13.726/2018.....	400
12.8.1 Dúvida de autenticidade	400
12.9 Balizamento jurídico nos meios eletrônicos e digitalização	401
12.10 Digitalização na Administração Pública Federal	402
12.11 Uso de <i>software</i> e cumprimento das regras de licenciamento.....	402
12.12 Abusos na digitalização e aplicação de <i>software</i>	402
12.13 Uso de robôs por particulares para lançar proposta	403
12.14 Ferramentas de integração e de gestão	403
12.15 Armazenamento.....	403
13. Art. 13, caput, parágrafo único, inc. I, II.....	409
13.1. Regra e exceção na forma da lei	412
13.2. Publicidade diferida	413
13.3. Violação do sigilo da proposta – crime.....	413
13.4. Publicidade diferida - orçamento da Administração	414
13.5. Operacionalização do sigilo diferido	415
14. Art. 14, caput, inc. I.....	417
14.1. Interpretação restritiva.....	417
14.2. Condição para a restrição	417
14.3. Autor e responsável técnico.....	417

14.4. Restrição ao autor do anteprojeto.....	418
14.5. Pessoa Jurídica	419
14.6. Participação indireta	419
14.7. Restrição ao autor do anteprojeto – empresa	420
14.8. Empresa em consórcio.....	420
14.9. Empresa da qual autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador ou acionista detentor de mais de 5%	420
14.10. Consórcio e SPE.....	424
14.11. Concorrendo entre si	425
14.12. Desenvolvimento dos arranjos produtivos	425
14.13. Extensão do dispositivo	426
14.14. Condenação que veda a participação – condições e tempo	426
14.15. Tipos de ações que tem efeitos de vedar a participação.....	427
15. Art. 15, caput.....	433
15.1. Desistência do compromisso ou ocorrência de fato superveniente	436
15.2. Prazo para formalização do consórcio.....	436
16. Art. 16, caput.....	443
17. Art. 17, caput, inc. I, II, III, IV, V, VI, VII	451
17.1. Licitação é etapa da despesa pública.....	452
17.2. Inversão de fases	452
17.3. Inversão de fases e “desinversão”	453
17.4. Motivação para inversão de fases.....	454
17.5. Inversão de fases – regulamento.....	455
17.6. Detalhes sobre a gravação para ter validade.....	456
17.7. Direito do interessado obter a gravação	457
17.8. Observações para a prática de realização de sessão presencial	457
17.9. Vistoria do local	458
17.10. Desvantagem para a administração	459
17.11. Boa Prática.....	459
17.12. Diferenças de conceitos	462
17.13. auxílio de terceiros para análise de amostra e prova de conceito.....	463
17.14. Dificuldades operacionais dos meios eletrônicos.....	464
17.15. Tutorial e interoperabilidade dos sistemas	464
17.16. Diferença com o § 3º	466

17.17. Limites aos órgãos certificadores	466
17.18. Edição de normas	467
17.19. Práticas abusivas – desatendimento a normas de certificação	467
Capítulo II – Da Fase Preparatória.....	469
18. Art. 18, caput.....	469
18.1 Planejamento aderente ao Plano de Contratações Anual.....	469
18.2 Instituição sem Plano de Contratações Anual.....	470
18.3 Planejamento aderente às leis orçamentárias	470
18.4 Planejamento aderente às considerações mercadológicas	471
18.5 Obrigatoriedade do Estudo Técnico Preliminar – ETP	472
18.6 Estudo Técnico Preliminar – ETP na legislação anterior	473
18.7 Fundamentação do ETP – proporcionalidade no detalhamento	473
18.8 Inovação – demonstração do interesse público.....	475
18.9 Boa prática – padronização de edital	479
18.10. Boas Práticas – segregação de informações no edital, contrato, TR e PB...	481
18.11. Boa prática – onde inserir a motivação	485
18.12. Boa Prática – prevenção de responsabilidade – segregação de funções.....	486
18.13. Conteúdo do ETP	491
18.13.1. Obrigatoriedade na Contratação Direta	491
18.13.2. Necessidade da contratação	491
18.14. Previsão no Plano de Contratações Anual e harmonização com o planejamento	493
18.15. Requisitos da contratação	493
18.16. Estimativa de quantidades	494
18.17. Levantamento de mercado.....	495
18.17.1. Boa prática.....	495
18.18. Estimativa do valor da contratação	496
18.18.1. Boas práticas	496
18.19. Solução como um todo.....	497
18.20. Parcelamento	498
18.21. Economicidade e aproveitamento dos recursos	498
18.22. Providências que antecedem a assinatura do contrato.....	499
18.22.1. Recursos para capacitação.....	500
18.22.2 Assinatura do contrato - antecedência.....	500

18.23. Contratações correlatas e/ou interdependentes.....	500
18.24. Impactos ambientais.....	501
18.25. Adequação da solução proposta ao problema.....	502
18.26. Dispensa de elementos pelo § 2º.....	502
18.27. ETP para obras e serviços de engenharia.....	503
19. Art. 19, caput, inc. I, II, III, IV, V.....	505
19.1. Centralização de procedimentos	507
19.2. Catálogo eletrônico	507
19.2.1. Normatização federal de catálogo eletrônico	508
19.2.2. Conceito de catálogo eletrônico	508
19.3. Sistema informatizado	509
19.4. Atividades de administração e manutenção de materiais, de obras e serviços na nova lei de licitações.....	510
19.5. Da distinção conceitual entre ociosidade e improdutividade.....	512
19.6. Conceito estritamente definido com amparo na tabela SINAPI.....	513
19.7. Modelos de editais, contratos, TR	513
19.8. Tecnologia – obras e serviços de engenharia	513
19.9. Uso e não uso do catálogo eletrônico.....	514
19.10. BIM – antes da Lei nº 14.133/2021	516
19.10.1. BIM – origem e compreensão da modelagem.....	516
19.10.2. Vantagens do sistema BIM.....	518
19.10.3. BIM e improdutividade.....	518
19.10.4. Críticas ao sistema BIM	519
20. Art. 20, caput, 1º, 2º e 3º.....	521
20.1. Processos de interpretação.....	521
20.2. Itens de Consumo	523
20.2.1. Item de consumo e as normas pertinentes – explicação necessária.....	523
20.2.2. Qualidade comum.....	524
20.2.3. Normas de especificações do produto e do processo produtivo.....	525
20.3. Artigos de Luxo.....	525
20.4. Regulamento do art. 20.....	527
21. Art. 21, caput, parágrafo único.....	529
21.1. Ato discricionário.....	529
21.2. Norma anterior - diferenças.....	529
21.3. Audiência Pública	529

21.4. Consulta Pública	530
21. 5. Consulta ou audiência pública.....	530
21.6. Registro da audiência e da consulta pública.....	530
21.7. Data de divulgação	531
21.8. Forma presencial ou eletrônica.....	531
21.9. Recomendação dos autores.....	532
22. Art. 22, caput.....	533
22.1. Matriz de risco na LLCA	534
22.2. Ato discricionário – poder-dever.....	535
22.3. Taxa de riscos	537
22.4. Alocação eficiente dos riscos	539
22.5. Responsabilidade.....	540
22.6. Afastar a ocorrência do sinistro e mitigar efeitos.....	541
22.7. Boas Práticas	541
22.8. Principais hipóteses previstas na matriz de risco	542
22.9. Caso em que é obrigatória a matriz de risco	545
22.10. Riscos decorrentes de projeto básico elaborado pela contratada	546
23. Art. 23, caput.....	547
23.1. Utilidade da estimativa de preços	547
23.2. Preço de mercado – impossibilidade de balizar preços	547
23.3. Parâmetros gerais de pesquisa.....	549
23.4. Preço de mercado e preço praticado no âmbito da Administração Pública .	549
23.5. Cenário – Construção Civil e Produtividade em Obras	564
23.6. Cenário em Obras Públicas	564
23.7. Tecnologia como fator essencial ao desenvolvimento do setor	565
23.8. Segurança do Trabalho, Riscos e Produtividade	565
23.9. Estruturação de Custos (Tabela SINAPI - Produtividade, Improdutividade, Ociosidade)	566
23.10. SINAPI.....	567
23.11. Composições no SINAPI.....	568
23.12. Modelagem BIM – influência na pesquisa de preços.....	572
23.13. Vantagens para a Utilização do BIM.....	573
23.14. Impacto do BIM na engenharia e nos custos.....	574
23.15. BIM X Improdutividade	575

23.16. Serviços de Engenharia - Manutenção Predial.....	576
24. Art. 24, caput, inc. I, II e parágrafo único	579
24.1. Precedentes	580
24.2. Motivação para o sigilo	580
24.3. Vedação ao sigilo	581
24.4. Revelação do sigilo	581
24.5. Transferência do sigilo	582
24.6. Análise do dispositivo vetado e limite ao que deve ser sigiloso.....	583
24.7. Sigilo devassado	584
25. Art. 25, caput.....	585
25.1. Boa prática na redação de edital	587
25.2. Efeito jurídico da norma posta no edital e nos anexos	587
25.3. Objeto da licitação.....	588
25.4. Regras relativas à convocação.....	589
25.5. Julgamento.....	590
25.6. Recursos.....	590
25.7. Penalidades da licitação	591
25.8. Legalidade e constitucionalidade do dispositivo – art. 25, § 2º	592
25.9. Aplicação prática do art. 25, § 2º	594
25.10. Direito de acesso aos anexos do edital	595
25.11. Implantação de programa de integridade.....	596
25.12. Indução à implantação de programa de integridade.....	597
25.13. Procuração para atuar em licenciamento e desapropriação	598
25.14. Regime de desapropriação direta e indireta	599
25.15. Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)	600
25.16. Reajuste independente de duração do contrato	602
25.17. Marco inicial da contagem do reajuste do contrato.....	603
25.18. Regulamento como condição para a efetividade do art. 25, § 9º, inc. II	605
25.19. Critério de seleção dos beneficiários das políticas públicas	605
25.20. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	605
25.21. Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - PNAT....	606
25.22. Recomendações práticas – impessoalidade – sigilo	607
25.22.1. Sensibilização e conscientização	607
25.22.2. Vítimas de violência doméstica.....	607

25.22.3. Presos e egressos do sistema prisional	608
25.22.4. Estímulo à capacitação	608
26. Art. 26, caput, inc. I, II	609
26.1 Direito de preferência na Constituição Federal.....	609
26.1.1. Direito de preferência nas licitações internacionais	610
26.1.2. O ideário do direito de preferência – custo e vantagem indiretos	610
26.1.3. Controle do fato gerador do direito de preferência.....	611
26.2 Normas de outros entes federativos – constitucionalidade	611
26.2.1. Inaplicabilidade de precedentes – regime federativo	612
26.2.2. Razões de veto ao § 3º e § 4º do art. 27	613
26.3. Objetos que podem ser licitados com margem de preferência	614
26.4. Margem de preferência – percentuais máximos	615
26.5 Desenvolvimento e inovação tecnológica no País	618
26.6 Vedação à aplicação de margem de preferência – incapacidade do mercado. 619	
26.7 Vedação à aplicação de margem de preferência em caso de empate - Lei nº 8.248/1991.....	620
26.8 Medidas de compensação	621
26.9 Tecnologia de informação e comunicação estratégicos para o Brasil	623
26.10 Lei nº 8.248/1991 – art. 3º	623
26.11 Contratação direta sem licitação	624
27. Art. 27, caput.....	627
27.1. Divulgação da relação de empresas favorecidas	627
28. Art. 28, caput, inc. I, II, III, IV, V, §§ 1º, 2º	629
28.1. Modalidades licitatórias.....	629
28.2. Procedimentos auxiliares para as modalidades.....	632
28.3. Vedação à criação de modalidades	632
29. Art. 29, caput, parágrafo único.....	633
29.1. Noções.....	634
29.2. Das principais inovações quanto à concorrência e ao pregão.....	635
29.3. Dos efeitos da revogação da lei do pregão para as estatais	635
29.4. Os procedimentos das fases na licitação: rito ordinário.....	636
29.5. Do modo de disputa – aberto e fechado.....	637
29.6. Objeto das modalidades e os critérios de adjudicação.....	637
29.7. Jurisprudência anterior – análise da pertinência.....	638
29.8. Do modo eletrônico a ser adotado como padrão.....	640

29.9. A similaridade nas duas modalidades e sua aplicação na prática.....	640
30. Art. 30, caput, inc. I, II, III, parágrafo único.....	643
30.1. Das noções da modalidade licitatória Concurso.....	645
30.2. Do objeto que exija do executor profissão regulamentada.....	646
30.3. Procedimentos para execução da escolha.....	646
30.4. Objetivos distintos – incentivo ou obtenção de trabalho.....	646
30.5. Comissão julgadora – trabalho pronto ou esboço do que será realizado	647
30.6. Usando o concurso de forma a motivar a participação.....	648
30.7. Precedentes de jurisprudência – restrições – flexibilização durante a pandemia	649
30.8. Do prazo da apresentação das propostas e dos trabalhos	650
30.9. Dos projetos – cessão dos direitos e o fator de incentivo	650
30.10. Prevenção e resolução de controvérsias.....	651
31. Art. 31, caput, § 1º.....	653
31.1. Leiloeiro oficial – profissão regulamentada.....	654
31.2. Decreto com força de lei.....	655
31.3. Exercício da profissão de leiloeiro por servidor público - controvérsia.....	656
31.3.1. Precedentes de jurisprudência	658
31.4. Seleção de leiloeiro oficial na Lei nº 14.133/2021	660
31.5. Credenciamento ou pregão?	661
31.6. Vedação à participação de leiloeiro	661
31.7. Critério de julgamento e remuneração do pregoeiro.....	662
31.8. Compra e venda de imóvel	663
31.9. Regulamento.....	663
31.10. O Direito de Preferência dos museus nas alienações de bens	664
31.11. Ampla participação e restrições da Lei nº 14.133/2021	670
31.12. Homologação do leilão	671
32. Art. 32, caput, inc. I, a, b, c.....	673
33. Art. 33, caput, inc. I, II, III, IV, V, VI.....	677
33.1. Análise crítica.....	680
33.2. Dos critérios de julgamento.....	681
33.2.1. Modalidade de licitação e critério de julgamento	681
33.3. Do julgamento objetivo – uma conquista democrática.....	682
34. Art. 34, caput, §§ 1º, 2º.....	685

34.1. Os critérios de julgamento – precisão da linguagem.....	687
34.2. Garantia de qualidade	687
34.3. Menor dispêndio – garantia de melhor qualidade.....	688
34.3.1. Conceito de menor dispêndio	689
34.3.2. Análise crítica	690
34.4. Critério maior desconto	691
34.4.1. Utilização do critério de maior desconto no registro de preços	691
34.5. O preço global no maior desconto	692
35. Art. 35, caput, parágrafo único.....	693
35.1. Noções.....	695
35.2. Motivação.....	696
35.3. Prêmio ou remuneração.....	696
35.4. Possibilidade de o edital prever prêmio e remuneração?	696
35.5. Uso do critério melhor técnica ou melhor conteúdo artístico	697
35.6. Boa prática.....	698
35.7. Regulamentação estadual	699
36. Art. 36, caput, § 1º, I, II, III, IV, V	701
36.1. Noções.....	703
36.2. Aplicabilidade da técnica e preço.....	704
36.2.1. Critério restrito à modalidade concorrência	705
36.2.2. Quais fatores podem ser usados no critério técnica e preço.....	705
36.2.3. Onde inserir a justificativa do uso dos fatores?	706
36.2.4. Permissão legal para uso do critério técnica e preço	706
36.3. Art. 36, § 1º, inc. I - serviços de natureza predominantemente intelectual..	707
36.4. Art. 36, § 1º, inc. II - serviços dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito.....	708
36.5. Art. 36, § 1º, inc. III - serviço de tecnologia da informação e comunicação .	708
36.6. Art. 36, § 1º, inc. IV - obras e serviços especiais de engenharia.....	709
36.7. Art. 36, § 1º, inc. V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução	709
36.8. Da justificativa para aplicação do critério de julgamento	711
36.9. Da ponderação e do desempenho pretérito.....	712
36.10. Art. 36, § 2º - ponderação dos fatores técnica e preço.....	715
36.11. Art. 36, § 3º - desempenho pretérito.....	715
36.11.1. Desempenho anterior na iniciativa privada	716

36.11.2. PNCP.....	718
36.11.3. Desempenho anterior e execução satisfatória	718
36.11.4. Boa prática na Força Aérea	719
37. Art. 37, caput, inc. I, II, III	721
37.1. Regras procedimentais	722
37.2. A composição da banca	724
37.3. Dos critérios quanto ao valor estimado	726
37.4. Jurisprudência anterior	727
38. Art. 38, caput.....	729
38.1. Da vinculação da proposta à execução do contrato	730
38.1.1. Da diferença do art. 38 para o art. 67, § 6º.....	730
38.1.2. Da contratação direta por inexigibilidade de licitação.....	731
38.2. Da substituição do profissional ou equipe	731
38.2.1. Da vedação à substituição	731
38.2.2. Da possibilidade de substituição.....	732
38.3. Das diversas possibilidades de vinculação do profissional ao licitante.....	733
38.4. Do dever de motivar a exigência de qualificação profissional	734
38.5. Da qualificação técnica de consórcio.....	734
38.6. Da licitação restrita aos detentores de qualificação técnica específica	734
38.7. Do potencial subcontratado	734
39. Art. 39, caput, § 1º, inc. I, a, b, inc. II.....	737
39.1. Noções.....	738
39.1.1. Restrições no Direito Financeiro.....	739
39.2. Da correlação do maior retorno econômico e os contratos de eficiência	740
39.3. Da proposta com maior retorno econômico	741
39.3.1. Critério de julgamento – uma ou duas propostas?	741
39.3.2. Critério de julgamento.....	741
39.3.3. Modalidade de licitação e inversão de fases	742
39.3.4. Proposta de trabalho	742
39.3.5. Custos do contratado na proposta de trabalho – solução prática para o futuro ..	743
39.3.6. Indicação da economia	745
39.4. Ganho econômico associado ao período	745
39.5.1. Do parâmetro prazo	747
39.5.2. Do parâmetro da despesa de custeio – variáveis previsíveis.....	749
39.5.3. Art. 39, § 2º - do parâmetro para mensuração da economia gerada	750
39.5.4. Art. 39, § 2º - aplicação prática – assessoramento especializado	751

39.6. O resultado da economia.....	751
39.7. Noções.....	753
39.7.1. Economia a menor do que a prevista	754
39.7.2. Da economia igual a zero	755
39.7.3. Do saldo negativo	756
39.7.4. Outros danos	757
39.8. Ganho superior ao previsto pelo próprio licitante	757
40. Art. 40, caput, inc. I, II, III, IV, V, a, b, c.....	759
40.1. Planejamento de compras e consumo anual	760
40.1.1. Planejamento no Brasil	761
40.1.2. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.....	761
40.1.2.1. Condições que crescem qualidade.....	762
40.1.2.2. Condições de pagamento.....	762
40.1.3. Pagamento antecipado antes da Lei nº 14.133/2021	762
40.1.3.1. Pagamento antecipado nas empresas estatais.....	764
40.1.3.2. Pagamento antecipado na previsão da Lei nº 14.133/2021.....	764
40.1.3.3. Aplicação prática para antecipação de pagamento.....	764
40.1.4. Do uso do sistema de registro de preços	766
40.1.5. Da estimativa de consumo e do fornecimento contínuo.....	766
40.1.5.1. Fornecimento contínuo	767
40.1.5.2. Plano de Contratações Anual	769
40.1.5.3. Como estimar consumo anual.....	769
40.1.5.4. Outsourcing.....	770
40.2. Guarda e armazenamento.....	771
40.3. Princípio da padronização	774
40.3.1. Do sentido geral do princípio da padronização	774
40.3.2. Catálogo eletrônico de padronização	775
40.3.3. Princípio do parcelamento.....	775
40.3.4. Princípio da responsabilidade fiscal	776
40.4. Catálogo eletrônico de padronização e especificação do bem.....	778
40.4.1. Locais e condições de entrega	779
40.4.2. Da garantia, assistência técnica e manutenção do produto	780
40.5. Art. 40, § 2º, inc. I, II, III – parcelamento - procedimento	781
40.5.1. Do parcelamento em lotes – mercado local – ampliação da competição.....	781
41. Art. 41, caput, inc. I, II, III, IV e parágrafo único	787
41.1. Antecedentes históricos - qualidade do produto antes da Lei nº 14.133/2021	790

41.2. Diretrizes para compreender o art. 41	792
41.3. Cláusula genérica ou específica?.....	793
41.4. Indicação de marca.....	793
41.5. Da exigência da amostra ou prova de conceito.....	795
41.5.1. Prova de conceito – publicidade e contraditório	797
41.5.2. Quem será convocado para a prova de conceito ou oferta de amostra.....	797
41.6. Vedação a contratação de marca ou produto específico.....	798
41.7. Carta de solidariedade	799
41.8. Conclusão	801
42. Art. 42, caput, inc. I, II, III, IV	803
42.1. Da prova de qualidade de produto similar.....	804
42.2. Da certificação de qualidade.....	807
42.3. Do protótipo - padrão de aceitabilidade.....	808
42.4. Conclusão	810
43. Art. 43, caput, inc. I, II, III	811
43.1. Padronização – dever ou boa prática?	813
43.2. Procedimentos de padronização – determinações legais.....	813
43.3. Boas práticas no processo de padronização	814
43.3.1. Processo de padronização sem formalismo	815
43.3.2. Pesquisa de outros produtos	815
43.3.3. Inexigibilidade de licitação.....	815
43.4. Parecer técnico.....	815
43.5. Aproveitamento de processos padronização.....	817
43.6. Contratações de <i>software</i>	818
43.7. Material de uso das Forças Armadas	820
44. Art. 44, caput.....	821
44.1. Noções.....	823
44.2. Despesa pública.....	824
44.3. Comparar custos e benefícios de cada opção	824
44.3.1. Fatores não considerados nos modelos ortodoxos.....	825
44.3.2. Diretrizes úteis.....	826
44.3.3. TáxiGov	826
44.3.4. Outsourcing de impressão	827
44.3.5. Locação de imóveis.....	827
44.3.6. Securitização, leasing e built to suit.....	827

44.3.7. Prazo de locação	828
45. Art. 45, caput, I, II, III, IV, V, VI	829
45.1. Noções.....	831
45.1.1. Como instruir um processo para aplicação do art. 45.....	832
45.1.2. Recomendação para juntar subsídios para futura instrução processual.....	834
45.1.3. Boa prática – responsabilidade social	834
45.1.4. PBQP-H	835
45.2. Direitos de terceira geração e políticas públicas	836
45.3. Resíduos sólidos	836
45.4. Licenciamento ambiental	837
45.4.1. Boa prática – roteiro	838
45.4.2. Atraso no licenciamento	839
45.5. Redução do consumo de energia e de recursos naturais	840
45.5.1. Selo PROCEL	840
45.6. Impacto de vizinhança.....	842
45.7. Patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial.....	843
45.8. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida...	844
45.8.1. Legislação pertinente.....	844
45.9. Em conclusão, uma análise de efetividade.....	846
46. Art. 46, caput, inc. I, II, III, IV, V, VI, VII	847
46.1. Regime de execução – execução indireta e terceirização	849
46.2. Conceito legal das espécies de regime de execução indireta.	850
46.3. História dos regimes.....	851
46.4. Planilha de custos unitários.....	851
46.5. Projeto executivo – regra geral – obrigação	853
46.6. Recomendação prática.....	854
46.7. Projeto básico e anteprojeto	855
46.8. Recomendação prática.....	856
46.9. Precedentes de jurisprudência que ainda são válidos	856
46.10. Projeto básico – execução - avaliação.....	857
46.11. Responsabilidade e riscos pelos erros do projeto básico.....	858
46.12. Projeto básico e estudo técnico preliminar - ETP.....	859
46.13. Exemplo para melhor compreensão.....	860
46.14. Apoio jurídico.....	860
46.15. Riscos de preço e avaliação do bem.....	861

46.16. Análise dos incisos do § 4º	861
46.17. § 4º, inc. I – fase do procedimento expropriatório	862
46.18. § 4º, inc. II - a responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas	863
46.19. § 4º, inc. III - estimativa do valor de indenização a ser pago a título inclusive de custos correlatos	863
46.20. § 4º, inc. IV - distribuição objetiva de riscos entre as partes.....	863
46.21. § 4º, inc. V - registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens.....	864
46.22. Alteração no projeto básico na contratação semi-integrada.....	865
46.23. Erros no projeto básico na contratação semi-integrada.....	866
46.24. Motivos para o contratado propor alteração no projeto básico	866
47. Art. 47, caput, inc. I e II.....	873
47.1. Princípios e diretrizes.....	873
47.2. Princípio da padronização aplicado aos serviços.....	874
47.3. Parcelamento e responsabilidade técnica	875
47.4. Parcelamento e custo da gestão de partes.....	876
47.5. Parcelamento e ampliação da competição e concentração de mercado.....	876
47.6. Gestão com tecnologia.....	877
47.7. Normas sobre contratação de TI na esfera federal.....	878
47.8. Produtividade, improdutividade e ociosidade.....	879
47.8.1. Ociosidade e improdutividade.....	879
47.8.2. Medição por postos de trabalho ou resultados	879
47.9. Súmula nº 269 do TCU.....	880
47.10. IN nº 05/2017 – Serviços terceirizados.....	880
47.11. Residente ou distante	881
47.12. Usina de asfalto	882
47.13. Competência para requisitar serviços.....	882
47.14. Gestão do contrato	882
48. Art. 48, caput.....	885
48.1. Indicações nominais	886
49. Art. 49, caput, inc. I e II, parágrafo único	895
49.1. Noções.....	896
49.2. Requisitos e recomendações	896
49.3. Distinção de outros institutos afins.....	897

49.3.1. Parcelamento e execução concomitante.....	897
49.4. Credenciamento.....	897
49.5. Exemplos.....	898
49.6. Dever de contratação simultânea ou faculdade – “poderá”	899
50. Art. 50, caput, inc. I, II, III, IV, V, VI.....	901
50.1. Noções.....	901
50.2. Origem.....	902
50.3. Aplicação do art. 121, § 2º e § 3º	904
50.4. Entendimento dos autores.....	904
50.5. Abrangência	905
50.6. Inovações.....	906
50.6.1. Exigência por amostragem	906
50.6.2. Limitação às exigências – numerus clausus	906
50.6.3. Direitos oriundos de convenções coletivas.....	906
50.6.4. Limites à concessão de direitos por via de convenção coletiva.....	907
50.6.5. Regime e normas específicas de terceirização no serviço público.....	907
50.7. Matriz de risco.....	907
51. Art. 51, caput.....	909
52. Art. 52, caput, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º	913
52.1. Noções.....	916
52.2. Licitar ou não licitar.....	916
52.3. Licitação internacional - diferenças.....	917
52.4. Adesão a acordos internacionais	918
ÍNDICE DE ASSUNTOS	923